



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA SÉCULO XX-XXI

**“Mercado de trabalho brasileiro e coerção econômica: da regulação incompleta às novas facetas da precariedade”**

*Brazilian Labour Market and economic coercion: from incomplete regulation to the new features of precariousness*

Marcelo Enrico Sampar Pallone; marceloenrico1@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho procura apresentar como foi estruturalmente desregulado processo de formação do Mercado de Trabalho brasileiro, sendo marcado o cenário socioeconômico do país por elementos de ampliação e perpetuação das disparidades sociais inerentes ao capitalismo. Pretende-se, também, questionar o argumento utilizado pela ortodoxia econômica, segundo o qual o Estado brasileiro teria um traço marcante de intervenção nos domínios do Mercado, razão fundamental para o baixo dinamismo econômico observado há décadas. Será aqui apresentada uma visão antagonista àquela: grande parcela dos problemas e instabilidades da atualidade estariam ligados a uma débil atuação estatal, tanto no campo relações de trabalho quanto na tarefa de guiar o crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento social, inanição esta muito ligada aos interesses do capital privado em manter sua posição de poder em uma sociedade marcada pela luta de classes.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Economia Política. Desemprego. Reforma Trabalhista.

ABSTRACT: The present work aims to present how the process of formation of the Brazilian Labor Market was structurally deregulated, being the socioeconomic scenario of the country marked by elements of expansion and perpetuation of the social disparities inherent to capitalism. It is also intended to question the argument used by the economic orthodoxy, according to which the Brazilian State would have a strong trait of intervention in the domains of the Market, a fundamental reason for the low economic dynamism observed for decades. An antagonistic view will be presented here: a large portion of the current problems and instabilities would be linked to a weak State action, both in the field of labor relations and in the task of guiding economic growth concomitantly with social development, starvation



that is closely linked to the interests of the private capital in maintaining its position of power in a society marked by class struggle.

Keywords: Labor Market. Political Economy. Unemployment. Labor Reform.

## **Introdução**

O presente artigo tem intenção de apresentar, em primeiro momento, um quadro de largo espectro das relações de trabalho no Brasil, desde a transição ao uso do trabalho assalariado, passando pela consolidação do sistema de produção e organização capitalista no país, chegando até o desenvolvimento de sua indústria. Serão apresentadas, também, as diferentes configurações da economia brasileira no campo produtivo – *locus* da acumulação de capital – ao passo que eram largamente mantidas certas características do uso do trabalho. Assim sendo, destaca-se o momento de auge da regulamentação e organização das relações de trabalho, com a Constituição de 1988. Após a promulgação daquela, observou-se uma série de desconstruções dos aparatos de regulação e proteção ao trabalho, sob a premissa de que essa seria a única maneira de melhorar o desempenho econômico brasileiro. Conforme se pretende demonstrar, tal processo chegou em seu máximo grau com as reformas operadas pelo Governo desde 2016 – em especial, a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017.

Pretende-se demonstrar como, na verdade, nunca houve um movimento efetivo de regulamentação do Mercado de Trabalho brasileiro, de modo a disciplinar as formas de uso da mão de obra e oferecer proteção sistemática aos indivíduos que sobrevivem com a venda de seu trabalho, dirimindo as disparidades sociais típicas do capitalismo. Isso faz com que o argumento que vem sendo muito utilizado pela ortodoxia econômica, de que o Estado brasileiro sempre fora muito interveniente no andamento da economia, sendo principal agente causador da recessão nos dias de hoje, caia por terra. Será apresentada, inclusive, uma visão antagônica: os problemas e instabilidades que enfrentamos contemporaneamente são causados pela falta da atuação estatal de forma efetiva e abrangente. Como base teórica, fundamental para os argumentos que justificam tal proposição, utilizaremos os conceitos introduzidos por Kalecki quanto aos entraves que economias subdesenvolvidas possuem para vencer tal contexto de atraso



econômico (1965. p.133)<sup>1</sup> e os aspectos políticos que tornam o processo de desenvolvimento tão difícil (1943). Para isso, o trabalho se organiza, além do resumo e desta introdução, nas seções de desenvolvimento da argumentação e das considerações finais.

## **Desenvolvimento**

### *Conformação do Mercado de Trabalho brasileiro*

Após séculos de uso de trabalho escravo, os movimentos antiescravidão no Brasil alcançaram seu propósito formal com a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888; a partir de então, a prática de escravatura foi legalmente abolida<sup>2</sup>. Esse processo gerou diversos atritos sociais e econômicos no país, uma vez que os antigos proprietários pediam pesadas indenizações ao governo federal, haja vista que consideravam que não somente tinham perdido mão de obra em disponibilidade, mas patrimônio, já que ter escravos era sinônimo de *status*, riqueza, mas principalmente na questão do remanejamento dessas pessoas, que agora não mais eram obrigadas, por meio de imposição física dos senhores, a trabalhar - mas eram inseridos em um contexto

---

<sup>1</sup> Kalecki (1965, p.136), introduz que, para além do problema de alocação eficiente da produção, de modo que se obtenha reprodução social estável em economias capitalistas – entenda-se manutenção do pleno emprego –, problema fundamental e comum a qualquer país organizado socioeconomicamente à maneira capitalista, nações em contexto de subdesenvolvimento possuem um obstáculo extra, mais complicado de ser contornado, diga-se de passagem: a falta de estrutura e recursos para absorver os efeitos de um processo de crescimento econômico. Isso porque, segundo o autor, para além do problema de suprir eventuais taxas de investimento insuficientes, uma economia subdesenvolvida pode também não ter meios de absorver tanto a expansão da mão de obra, quanto suprir o consumo dela gerada, o que ocasionaria níveis inflacionários altos. O autor apresenta uma solução para o caso: uma economia estruturalmente planejada, com planejamento de crescimento a longo prazo, de modo a enfrentar as pressões inflacionárias.

<sup>2</sup> Durante todo século XIX, tensões entre o governo brasileiro, as elites agrárias e os parceiros comerciais internacionais, sobretudo Inglaterra, foram construindo um período de mudanças na economia e sociedade brasileira. Pressões advindas do estrangeiro forçavam o governo brasileiro a restringir a prática da escravatura como principal fonte de mão de obra, que por sua vez cedeu, mesmo que de forma homeopática. Assim, esse movimento de abolição gradual da escravidão, que gerou queda na mão de obra disponível para trabalho, somado à menor demanda por produtos brasileiros ainda no primeiro terço dos anos 1800, trouxe grande instabilidade. Como alternativa ao problema da escassez de Força de Trabalho disponível, as elites, em conjunto com o próprio comando político nacional, encontraram nos imigrantes europeus uma alternativa. O café, por sua vez, foi a solução para a questão relativa às exportações que minguavam, mas agora, com o novo insumo, voltava a movimentar a balança comercial nacional (Furtado, 1959, p.117).



de trabalho também impositivo, por meio da coerção econômica<sup>3</sup> que um novo modelo de sociedade que aos poucos se conformava tinha sob a vida da população.

O processo e os resultados do movimento de abolição da escravidão e os meios pelos quais aconteceu a transição do trabalho escravo para o assalariamento são importantes, pois foi a partir daí que as relações de trabalho no Brasil começaram a tomar corpo em formato capitalista (assalariamento). Com efeito, a movimentação política em torno da gradual desescravização (Barbosa, 2016) gerou dois resultados sociais e econômicos fundamentais para o início da construção do Capitalismo brasileiro. Primeiro, um sistema econômico que se organiza à maneira capitalista, exige que se faça presente um mercado consumidor interno predominantemente constituído de trabalhadores assalariados, de modo a permitir acumulação de Capital de forma endógena, ou seja, retroalimentada por investimento e consumo. Segundo, foi a construção de arcabouços legais que, novamente, impusessem que a massa de indivíduos que ofertavam mão de obra, tivessem que vender sua Força de Trabalho invariavelmente e não pudessem, por exemplo, ocupar seu tempo apenas com sua própria subsistência (Barbosa, 2016); trata-se, portanto, de instituir efetivamente as bases da coerção econômica<sup>4</sup>.

Entretanto, mesmo que o Governo brasileiro impusesse medidas que resultassem no benefício das elites agrárias e na obrigatoriedade dos demais integrantes da população brasileira a trabalhar para sobreviver, sua atuação se restringia a isso. De

---

<sup>3</sup> Em uma sociedade que opera segundo a dinâmica capitalista, todos os aspectos da vida humana são transformados em mercadoria, para que assim o dinheiro seja item fundamental e indispensável. Dessa forma, o dinheiro sendo a unidade básica e fundamental do processo de troca na sociedade capitalista, a parcela dessa sociedade que possui somente sua Força de Trabalho para oferecer em troca de remuneração é obrigada coercitivamente a fazê-lo, visto que sua subsistência assim o depende (Marx, 1867, p. 178).

<sup>4</sup> Como exemplo, pode-se citar a Lei de Terras, de 1850. Esta foi a primeira tentativa governamental de organizar e regulamentar o direito à propriedade privada no Brasil. A partir daqui, estabeleceu-se que a única maneira de aquisição e posse de terras em território nacional, seria por meio da compra de um título de propriedade daquele terreno. O intuito era de assegurar que as terras fossem ocupadas pelos latifundiários e, além disso, impedir que culturas produtivas de subsistência se espalhassem. Outra forma de regulamentação imposta pelo Governo brasileiro, era a de acompanhamento dos escravos recém libertos por determinado período, para impedir que vivessem “sem função” na sociedade, os obrigando a trabalhar de forma impositiva, mesmo livres. A real função desta supervisão era de prevenir que uma massa de indivíduos ficasse sem ofertar sua Força de Trabalho e, assim, o processo de monetarização da economia fosse interrompido ou retardado. Essas são duas medidas que demonstram como uma sociedade capitalista se estrutura de forma artificial, com atuação e coerção estatal, e de forma alguma naturalmente. Para que se monte uma estrutura social organizada à maneira capitalista, é preciso acima de tudo que a instituição governamental intervenha de modo a permitir acumulação de capital de forma endógena (Polanyi, 1944, p. 166).



fato, as relações de trabalho entre empregador e empregado tinham pouca ou nenhuma regulação, tanto para entrada de pessoas no Mercado de Trabalho, quanto para sua exclusão. Não existiam medidas que regulassem e restringissem a contratação de Força de Trabalho por idade, sexo, educação, nem tampouco regras que delimitassem os termos pelos quais um empregador poderia demitir seus empregados. Dessa forma, o Mercado de Trabalho brasileiro, desde seu início, foi constituído de forma inorgânica e sem uma atuação institucional significativa; sua regulação, basicamente, ficava nas mãos dos empregadores (Da Silva, 1990).

A inação do governo brasileiro para regulamentar as relações de trabalho produziu características que nos acompanham até os dias de hoje, principalmente no que tange à legitimidade da autoridade pública frente à necessidade de impor medidas restritivas aos interesses privados. E, importantes desdobramentos políticos, sociais e econômicos se originaram daí. Primeiro, dado que não existiam limitações qualitativas e institucionais às relações de trabalho, estas sempre se moldavam ao ritmo da acumulação de capital. Assim, independentemente da dinâmica econômica, sempre existiria uma superoferta de trabalho no mercado. Ademais, a ausência de suporte institucional, especialmente aos indivíduos que se encontravam fora do Mercado, tornava esse excedente em uma massa amorfa de trabalhadores em disponibilidade, sem distinção nem suporte legal. Tal cenário não somente afeta as pessoas que estão sem emprego, mas também influencia a situação dos próprios trabalhadores empregados, que em um cenário de constante superoferta de mão de obra, não passavam de trabalhadores em potencial disponibilidade. (Da Silva, 1990).

O Mercado de Trabalho brasileiro, desde sua conformação, foi, portanto, constituído de forma pouco regulada, para não se dizer sem regulação alguma, e, justamente por falta deste amparo institucional, sofreu com grandes disparidades em sua construção ao longo das mais diversas regiões do país, principalmente nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do século seguinte. Somente nas primeiras duas décadas do século XX, a partir vertiginosa expansão industrial paulistana, é que efetivamente surgiram as relações de trabalho entre empregador e empregado da maneira como se estrutura um Mercado de Trabalho tipicamente capitalista, e em um processo de acumulação efetivamente endógeno. Contudo, a mesma falta de regulação e

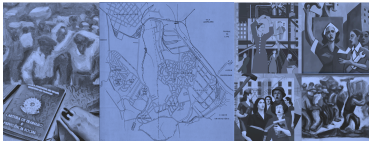


XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

participação do Estado nas relações entre empregado e empregador, agora mais explícitas em termos de capital e trabalho, ainda se faria notar no ambiente urbano e industrial brasileiro.



### *Consolidação do Capitalismo brasileiro*

A coerção econômica assume, no capitalismo, o papel da coerção física em formas pretéritas de uso do trabalho. A ameaça permanente do desemprego e da impossibilidade de acesso aos meios de subsistência material está na base dos termos que definem a compra e venda de trabalho. Apesar do caráter violento da escassez material e da fluidez nas formas de uso do trabalho humano que vigoravam já no meio urbano brasileiro, essa estrutura social sobreviveu e se reproduziu durante mais de meio século, graças a alguns aspectos muito específicos: em primeiro lugar, havia maneiras típicas de garantir a imposição do assalariamento, aliadas ao assistencialismo público e privado. Essa conjugação, em vez de estabelecer grupos definidos dentro da chamada massa amorfa de mão de obra disponível, acabou por submeter a todos às políticas ao mesmo tempo repressoras e assistencialistas, de forma aleatória, geral e discriminatória. Isso contribuiu para inviabilizar qualquer movimento de resistência por parte dos trabalhadores fosse operado de forma organizada e unificada (Da Silva, 1990).

Um segundo mecanismo que permitiu a reprodução deste modelo de organização social foi a garantia de direitos de cidadania a grupos e setores de trabalhadores que eram chamados de núcleo do mercado. O acesso a esses direitos era associado ao cargo e área de atuação do empregado, mas também estava diretamente relacionado ao tempo de atuação naquelas funções. Essa característica conferia um *status* de imobilidade às relações de trabalho, pois somente os indivíduos que faziam parte daquele seletor setor do Mercado seriam beneficiários das garantias legitimadas pelo Estado<sup>5</sup>. Por fim e, talvez, o fator mais decisivo, eram as altas taxas de crescimento que se mantiveram estáveis durante todo o período, a saber, entre os anos de 1850 e 1930<sup>6</sup>. Isso fazia com que, mesmo o Mercado de Trabalho sofrendo com superoferta constante, a eventual demanda por mão de obra fosse grande o suficiente para criar uma expectativa de que, a qualquer momento, as pessoas poderiam ser empregadas (Da Silva, 1990). Foi somente

---

<sup>5</sup> Essa cobertura social incompleta seria a base do modelo de proteção social particularista / corporativista descrito por Sônia Draibe (1993), ao tentar enquadrar o movimento de Bem-Estar Social ocorrido no Brasil, sobretudo a partir de 1930, em algum dos tipos de *Welfare State* descritos por Esping-Andersen (1991).

<sup>6</sup> De acordo com os dados contidos no diretório Estatísticas do Século XX, do IBGE (2023), a média de crescimento do PIB nas 3 primeiras décadas do século XX (1900-1930) foi de 4,45%, com destaque à década de 1920, cuja média de incremento da Produção no período foi de 6,08%.



a partir de então, que se pôde encontrar um processo de industrialização pesada<sup>7</sup>, principalmente no Sudeste brasileiro, o que em conjunto com a criação da carteira de trabalho, assim como da CLT (1943)<sup>8</sup>, fez com que o Mercado de Trabalho propriamente propício à implementação completa da dinâmica produtiva capitalista encontrasse condições favoráveis para seu desenvolvimento e reprodução.

Iniciando-se nos anos 1940 e estendendo-se até meados da década de 80, é possível observar uma expansão vertiginosa do número de integrantes da classe trabalhadora assalariada, sobretudo nos centros urbanos. Os direitos previstos com as medidas promulgadas a partir da CLT, avanços conseguidos sob a égide de um governo autoritário e, por conseguinte, via coerção física, diga-se de passagem, mesmo que restritos, conferiam, entre outras garantias, salário-mínimo, acesso aos sindicatos e direitos que iam desde a saúde, até previdência. Tais conquistas fortaleceram o trabalhador brasileiro no âmbito urbano e, assim, possibilitou que a realização do Capital fosse feita a partir do mercado interno, agora pouco mais estruturado e fortalecido. Surgem novos setores industriais, movimentados pela crescente realização do Capital e pelo desenvolvimento do mercado interno brasileiro, que acabaram por desencadear expansões ainda mais significativas no processo industrial. O número de trabalhadores assalariados cresceu, assim como novas possibilidades de serviços prestados de forma considerada informal<sup>9</sup> Como efeito, o mercado de trabalho brasileiro adquiriu características muito específicas.

---

<sup>7</sup> A industrialização pesada é fator chave na reprodução da dinâmica capitalista pois tal processo necessita de mão de obra em grande escala para ser viabilizado, o que permite maior absorção da força de trabalho em disponibilidade.

<sup>8</sup> As medidas de proteção social da época, destacadamente Consolidação das Leis do Trabalho e da Carteira de Trabalho, não universalizavam a proteção social e a regulação do trabalho. Na verdade, por serem maneiras segmentadas de política pública, tiveram como resultado a condensação das desigualdades já característica da reprodução social brasileira de anos anteriores.

<sup>9</sup> Kalecki (1950), defende que o conceito de desemprego em economias subdesenvolvidas, como é o caso do Brasil, é mais complexo de se definir. Não seria suficiente enquadrar a situação de um indivíduo como ocupado ou não profissionalmente. Isso porque, segundo o autor, o mercado países com economia subdesenvolvida é muito heterogêneo, heterogeneidade esta causada pelo que ele chama de Desemprego Disfarçado. Essa característica é marcada pela fuga dos trabalhadores da procura de empregos formais, justamente pela escassez destes postos, para ocupações precárias, com piores condições de trabalho e remuneração baixa, tendo em vista o poder coercitivo que o desemprego possui na vida de uma pessoa. Assim, somente a inatividade profissional dos indivíduos não é suficiente para analisar de forma efetiva o mercado de trabalho de um país subdesenvolvido. É necessário que se analise, também, outras formas de ocupação, para que se tenha um real panorama da situação do emprego de um país.





A primeira, é a forma como se encontrava no início do seu processo de desenvolvimento e reprodução. Por volta de 1940, empregados assalariados do setor privado urbano já correspondiam ao principal segmento da Força de Trabalho, com percentuais próximos à 37% da População Economicamente Ativa das cidades (PEA), sendo que boa parte destes indivíduos ainda não estavam registrados. Os trabalhadores autônomos e funcionários familiares representavam 51% da PEA urbana, enquanto domésticos remunerados, apenas 4,3%, e os funcionários públicos e profissionais liberais somados chegavam na casa dos 4,1%, dados estes encontrados no Censo feito no ano de 1940 (Barbosa, 2016). O houve grande movimento migratório das áreas rurais para as cidades, sendo que a PEA urbana cresce de 5 milhões para quase 30 milhões, entre 1940 e 1980, um crescimento anual médio de 4,6%, uma inundação de Força de Trabalho nas capitais industrializadas do Brasil. E esse foi o aspecto que possibilitou o processo de acumulação de Capital nesse período, via drenagem da massa populacional rural.

A segunda característica reside na parca regulação das relações laborais. Mesmo com os direitos e garantias que vinham sendo concedidos aos trabalhadores, principalmente com a consolidação da CLT, a abrangência dessas medidas regulatórias não eram significativas o suficiente. Isso porque, seus beneficiários eram apenas os próprios trabalhadores registrados e com carteira assinada. Além disso, não existia fiscalização eficiente para assegurar que novos trabalhadores - ou mesmo os que já estavam empregados - fossem registrados, para assim serem enquadrados na lista de indivíduos que poderiam pleitear alguma forma de proteção social. A consequência disso foi a preservação e ampliação de um enorme segmento de assalariados em condições de informalidade jurídica e desproteção. Ainda de acordo com os Censos de 1940 e 1980, o número de trabalhadores assalariados na PEA urbana cresce percentualmente, de 45% em 1940, para mais de 70% em 1980, superando 28 milhões de pessoas. Já a participação dos não assalariados cai, conseqüentemente, para abaixo da casa dos 30%, mesmo tendo seu número absoluto crescido. Mas os dados que melhor elucidam a parca regulamentação das relações de trabalho são os encontrados na PNAD de 1976. Segundo o levantamento, 35% dos assalariados que trabalhavam em centros urbanos não possuíam carteira assinada, ou seja, não eram cobertos por nenhum tipo de



proteção social. Caso mudemos a análise para as regiões rurais, estes números são ainda mais significativos: apenas um terço dos trabalhadores rurais eram assalariados e, destes, apenas um terço possuía carteira de trabalho assinada (Barbosa, 2016). Como Tavares e Souza (1981) também demonstram, a inserção do setor dito moderno na economia brasileira não garantiu por si só melhor padrão de vida aos trabalhadores assalariados.

Na realidade, o que se viu ao final do período de urbanização, e que apresentamos como terceiro aspecto característico do período de construção do Mercado de Trabalho brasileiro, foi a crescente desigualdade de rendimentos, produto da redução gradual do rendimento médio dos assalariados, que trouxe consigo desequilíbrios na distribuição da massa de rendimentos paga aos trabalhadores. Havia uma expressiva disparidade entre os rendimentos dos trabalhadores com e sem carteira assinada, em favor do primeiro segmento, por óbvio. Ademais, por conta da parca regulação e controle, cenários extremados como os de autônomos de alta escolaridade que ganhavam mais do que os próprios assalariados, em contraposição a autônomos com níveis de escolaridade mais baixos, com rendimentos inferiores aos assalariados analfabetos, tornaram-se frequentes (Tavares & Souza, 1981). Esse cenário de desigualdade de renda e indicativos dos níveis de mobilidade social da época é melhor descrito estatisticamente em Pochmann (2010). Por fim, o último aspecto característico que foi aos poucos sendo encontrado na dinâmica produtiva capitalista brasileira, foi a profunda segmentação espacial e setorial do mercado de trabalho, gerada a partir do desigual acesso às políticas sociais – como rebatimento da clivagem do acesso aos contratos formais de trabalho.

No final, a partir da construção de um Mercado de Trabalho tão heterogêneo e desigual, tanto em termos de renda quanto sociais, consolidou-se o modelo capitalista brasileiro, de estrutura tão peculiar. Dividiu-se a sociedade brasileira em “castas”, estando no mais alto patamar as elites urbanas e rurais (grandes empresários e latifundiários), logo abaixo eram encontrados dois outros subsetores, compostos primeiramente por uma emergente classe média de gerentes e funcionários de altos cargos em empresas públicas e privadas, e a seguir, outro subsetor intermediário, composto de profissionais liberais e estabelecidos e funcionários públicos em geral. Por



último, encontrava-se a classe baixa urbana, formada pelo operariado, empregados de baixo salário, assalariados eventuais, autônomos de baixa renda e os chamados desclassificados sociais, ou desempregados, aqueles que não conseguiam inserir-se na dinâmica do Mercado de Trabalho (Barbosa, 2016). Como resultado, especialmente deste modelo de desenvolvimento proposto entre as décadas de 1940 e 1980, via-se, ao final do processo de urbanização, o mais proeminente período de crescimento econômico da história do capitalismo brasileiro por um lado e, por outro, um quase ausente desenvolvimento social, impactando diretamente em uma peculiar (e intensificada) disparidade de forças entre classe trabalhadora e empresários.

#### *Queda nos níveis de industrialização e crise no final do Século XX*

Ainda que estruturado em formas institucionalmente precárias de uso do trabalho (e de sua resultante proteção social limitada), o movimento de industrialização do país seguiu se aprofundando até o final da década de 1970, movendo-se no sentido da incorporação de novos segmentos da indústria dos bens de capital (Tavares & Belluzzo, 1979); tal processo se mostraria truncado não apenas do ponto de vista de seus nexos intersetoriais na economia nacional, mas também pelo seu crescente rebatimento negativo sobre as contas externas do país. De outra parte, enquanto a urbanização crescia significativamente, a população seguia em situação difícil, recebendo baixos salários, enfrentando grande rotatividade nos empregos e sem a presença de cobertura social. Nesta conjuntura, o movimento sindical ganhou força e aderência dos trabalhadores. Os movimentos em prol da democratização do país nasceram, não somente como contrapartida ao autoritarismo militar, mas também como perspectiva de transformação do quadro social de então (Dedecca, 2005).

No fim dos anos 1970, inicia-se uma profunda depressão econômica como resultado de mudanças nas condições da economia internacional: ocorre o segundo choque do petróleo e a forte subida das taxas de juros nos Estados Unidos. A demanda externa por produtos brasileiros, que era um pilar fundamental na balança comercial, teve grande queda no período, devido à nova linha de pensamento hegemônica de economia, de caráter chamado neoliberal, que alçou a austeridade a um patamar determinante das políticas públicas, mudança esta justificada a partir da queda dos



níveis de crescimento no mundo. Além disso, o fluxo de crédito externo, fundamental na manutenção do crescimento acelerado da economia brasileira, sobretudo nos anos 70, foi abruptamente interrompido (Tavares, 1985).

Como resultado do período de crise, houve o conseqüente crescimento no desemprego no Brasil. Devido à falta de um efetivo e abrangente sistema de proteção social, a população procurava fontes de rendimento para além do assalariamento, para que fosse possível manter, ainda que de modo precário, a renda domiciliar. A partir de então, um fenômeno peculiar ao capitalismo brasileiro surgia: a alta complexidade da situação do desemprego (Kalecki, 1950). Para além do mero desemprego aberto (ausência de vínculo empregatício ou de fonte de rendimentos do trabalho, concomitante à procura ativa por emprego), prolifera-se o desemprego em suas formas ocultas (pelo trabalho precário e / ou pelo desalento), geralmente associadas à informalidade (Dedecca, 2005).

O setor público tornou-se altamente endividado, ao assumir os custos gerados pela industrialização brasileira em seu flanco externo; a estatização das perdas privadas em moeda estrangeira significou um comprometimento da capacidade fiscal do governo, além de uma tendência à crescente aceleração da inflação – sem qualquer sinal de recuperação dos níveis de atividade econômica e de emprego (ao menos até meados da década de 1980). O capital privado, por sua vez, altamente capitalizado por anos de acumulação, neste período optou por concentrar sua riqueza, em grande parte na forma de ativos financeiros, retraindo os investimentos na economia produtiva do país e fomentando quedas nos níveis de produção durante os anos 80 (Cardoso Jr., 2001).

Assim, algumas mudanças na estrutura de organização surgiam, impulsionadas pela insatisfação da classe trabalhadora frente à sua precária condição social, pela crise financeira que se instalava e, também, pelas tensões geradas a partir da opressão militar presente no período de ditadura. Os anos 1980 foram marcados pelo processo de democratização do Brasil e redefinição da atuação institucional do Estado nos âmbitos social, político e principalmente econômico. Contudo, diferente do que acontecia em praticamente todo o resto do mundo capitalista, o país, em vez de incorporar as mudanças do chamado liberalismo econômico, optou por seguir uma trajetória de reestruturação dos direitos da população, em busca de construir um Estado de bem estar



social; a Constituição Federal de 1988 avançou nesta direção, sobretudo por conta da instituição do Orçamento da Seguridade Social, no qual estariam contemplados o acesso universal à saúde e os instrumentos de assistência social. Portanto, vista a relativa melhora da situação nacional, existia esperança de que o Brasil retomaria a trajetória de crescimento de épocas passadas, a partir dos anos 90 (Cardoso Jr., 2001).

Desde o final dos anos 70, porém, a ideologia neoliberal vinha ganhando força, tanto em países centrais do mundo capitalista, como até em vizinhos latino-americanos, caso do Chile. Esta linha de pensamento propunha que o excesso de intervenção do Estado no domínio econômico seria causa de ineficiências, baixo crescimento econômico e endividamento externo. A solução para este problema, seria seguir uma pauta de desregulamentação da economia e proporcionar maior na flexibilização nas relações de trabalho. A partir de 1990, o Governo brasileiro optou por seguir as recomendações de redução do tamanho do Estado e de desregulamentação. Como resultado, foram adotadas medidas que permitiram uma profunda exposição externa da base produtiva nacional, enfraquecendo assim o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, além de diminuir o poder das instituições nacionais (Dedecca, 2005).

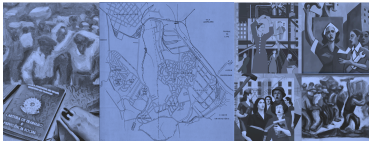
O resultado destas novas políticas econômicas foi negativo e imediato, gerando uma recessão econômica ainda mais grave do que se via da década anterior, sem sucesso quanto à contenção da inflação. O PIB retraiu em 4,35% logo no primeiro ano do governo Collor (1990) e houve uma média de queda da produção nos primeiros três anos do governo (1990, 1991 e 1992) de 1,29% ao ano (IBGE – Novo SCN 1990-2000). Os níveis de inflação bateram a casa dos milhares ao ano, com especial atenção a 1990 e 1993, cujo índice atingiu taxa de variação de 1.620,97% e 2.477,15% respectivamente, dados estes encontrados no SNIPIC – IBGE. Esta seria debelada somente em 1994, com um novo plano de estabilização econômica, o Plano Real.

Propondo, entre outras medidas, a abertura da economia brasileira ao capital externo, a desregulamentação das relações de trabalho, privatizações e a criação de uma nova moeda, inicialmente o resultado do Plano Real foi positivo, muito graças ao retorno dos influxos de capital externo, oriundo da renovada relação com o crédito internacional. A variação da inflação, que atingia a casa dos milhares nos primeiros



anos da década de 1990, em 1995, ano subsequente à implementação do Plano Real, já havia baixado para 22,41%. O PIB também voltou a crescer de forma estável, com média de 4% de aumento entre 1994 e 1997. A estabilidade dos preços que foi viabilizada pelo referido plano era endossada pela população, mesmo com os níveis de emprego seguindo em deterioração – no período entre 1994 e 1999 houve uma variação média de 0,34% de queda da população ocupada; de fato, os momentos de estabilização de preços costumam interromper a perda de poder de compra dos assalariados, justamente aqueles mais impactados pela inflação acelerada (dado o caráter relativamente rígido dos salários na comparação com os preços e o escasso acesso a mecanismos de correção monetária); ademais, a forte valorização cambial trazida com a nova moeda permitiu um curto ciclo de consumo de importados por parte dos segmentos populacionais de mais alta renda.

É importante retratar de forma mais aprofundada a maneira como se organizou o Mercado de Trabalho brasileiro, após as mudanças de caráter liberal desta época. Primeiro, por conta do aprofundamento da internacionalização da base produtiva, houve um processo de racionalização da indústria (com foco em redução de custos, pressionada pela valorização cambial), uma vez que agora, boa parte dela estava em mãos de empresas multinacionais. A consequência foi um grande aumento na demissão de trabalhadores que atuavam neste segmento do mercado, nuclear para a acumulação de capital, que tiveram que migrar para outras atividades. A proposta do Governo era justamente esta, mirando a transição da oferta de trabalho para atuação no desenvolvimento de produtos e serviços que seriam prestados e vendidos por pequenas e médias empresas para consumo dos grandes grupos empresariais, dentro da lógica da terceirização de atividades e de empregos. E para que essa estratégia de crescimento econômico baseada na proliferação de novas e pequenas / médias empresas de serviços pudesse ser levada a cabo, seria preciso flexibilizar o padrão de regulação das relações de trabalho (Dedecca, 2005). Dessa forma, alterações no aparato regulatório das relações de trabalho que vinham sendo propostas desde o governo Collor finalmente começavam a serem implementadas, além de novas medidas que visavam aprofundar a flexibilização da economia brasileira; assim, essa que pode ser considerada como a



Primeira Onda de flexibilização do Mercado de Trabalho brasileiro. (Carvalho & Guerra, 2020).

Apesar da aposta no crescimento viabilizado por menores custos de contratação e demissão, ladeados por usos mais fluidos da mão de obra (agora legalizados especialmente via terceirização), o resultado concreto foi o a permanência do desemprego elevado e o aumento das ocupações em pequenos empreendimentos voltados para o consumo da própria população (Krein & Oliveira, 2001). O desemprego que em 1994 era 10,50%, teve curta recuperação em 1995, muito por uma reação ao controle da inflação. Contudo, já no ano subsequente já voltou a crescer constantemente, até chegar no auge em 1998 e 1999, com 14,70% (FMI – WEO). Para além de não sanar os problemas de absorção de mão de obra, os postos de trabalho gerados eram, em sua maioria, caracterizados pelo baixo salário, demanda por pouca qualificação e baixa produtividade. Demonstrando melhor como se traduziram as mudanças implementadas a partir do Plano Real no mercado de trabalho, houve um aumento de mais de 500 mil pessoas ocupadas em ocupações chamadas de serviços prestados às famílias, enquanto serviços prestados para empresas teve um aumento de 21,64%, que representa absorção de 400 mil profissionais (IBGE – Novo SCN 1990-2000). O grau de informalidade<sup>10</sup> cresce de 59% em 1992 para 60,7% em 1999 (IPEA - 2023).

Como saldo final, a década de 1990 no Brasil foi de grande instabilidade política, econômica e social. A reestruturação econômica feita no período, que tinha como proposta a retomada do desenvolvimento do país, resultou na reprodução de um sistema de baixo dinamismo econômico, elevadas taxas de desemprego aberto, ladeadas por uma absorção de mão de obra crescentemente precária. O breve momento de afirmação dos direitos sociais e da proteção ao trabalho, consolidados na mais recente Carta Magna, foi abortado pela introdução das práticas ideologicamente alinhadas à redução do escopo de ação do Estado; especificamente com respeito ao mercado de trabalho, os novos instrumentos de exceção às regras contempladas pela CLT (no bojo

---

<sup>10</sup> O Ipeadata calcula este grau de informalidade pela seguinte razão: (número de empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (número de trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores).



das iniciativas em prol da terceirização) apresentaram-se como o maior ataque à regulação das relações de trabalho – até então.

Os resultados macroeconômicos, fiscais e sociais das reformas liberalizantes da década de 1990 foram, porém, deletérios; a estagnação econômica, tendo em vista a média de crescimento de 2,22% no período entre 1995 e 1999<sup>11</sup> (provocada pela forte apreciação cambial de 1994-99, pelos altos juros – que chegaram a 45% em março de 1999, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, isso já vindo de anos de alta pela desnacionalização e pela financeirização), a explosão da dívida pública, tendo a despesa primária do governo em relação ao PIB saltado de 31,77% em 1994 para 36% em 1999<sup>12</sup> (relacionada à abertura da conta de capital e às fortes subidas de juros em contexto de fuga de capitais e, posteriormente, também à lógica do regime de metas de inflação), e a escassa e problemática geração de postos de trabalho não tardaram a gerar descontentamento crescente. Eventualmente, sob um cenário de tensão política extrema, foram gestadas as condições propícias ao surgimento de uma nova frente política progressista, que seria eleita na primeira corrida presidencial brasileira dos anos 2000 (Dedecca, 2005).

#### *Mercado de Trabalho brasileiro nos anos 2000*

Nos anos iniciais do novo governo, optou-se por seguir uma linha de menor resistência política, buscando o foco em aspectos de curto prazo indispensáveis como resposta à crise econômica e social que vivia o país. Assim, no princípio, as iniciativas que eram aprovadas no Congresso Nacional seguiam um caráter flexibilizador das relações de trabalho e mais interessante ao capital privado. Aos poucos, com a confiança do empresariado, o Governo começou a implementar uma agenda de caráter mais desenvolvimentista, mesmo que nunca tendo consolidado tal pauta de forma suficientemente abrangente. Isso fez com que a demanda por reformas, privatizações e medidas flexibilizadoras das relações de trabalho não ficassem no foco principal da agenda política nacional, mas, ao mesmo tempo, conferiu um caráter contraditório ao programa político da época (Krein, Santos & Moretto; 2013). De certa forma,

<sup>11</sup> Fonte: Novo Sistema de Contas Nacionais, IBGE.

<sup>12</sup> Dados disponibilizados pelo relatório de Regionalização das Transições do Setor Público, para informações de 1991 a 1994, e de 1995 em diante pelo Novo Sistema de Contas Nacionais, ambos disponibilizados pelo IBGE em seu diretório de Estatísticas do Século XX.





poder-se-ia dizer que a grande inflexão dos primeiros governos presididos por partidos de orientação progressista, foi a de desacelerar as mudanças flexibilizadoras, que haviam devastado a economia brasileira na década anterior. Com efeito, tanto no campo interno (correlação de forças políticas, situação fiscal) quanto externo (patamar limitado de reservas cambiais somado à permanente ameaça de fuga de capitais de curto prazo), o governo federal de então teve que se mover por estreita margem de manobra – ainda que as restrições fossem se mostrando mais relativizadas ao longo desta primeira década do século XXI (Sader, 2013).

Contudo, circunstâncias que durante os anos 90 eram alarmantes, como os baixos salários, alta rotatividade nos postos de trabalho e precarização do trabalho, nos anos 2010 foram amenizados e, em ligação direta com o aumento da formalização dos vínculos empregatícios, do poder de compra do salário mínimo, das políticas de transferência (direta e indireta) de renda houve um nível de crescimento econômico conjuntamente ao desenvolvimento social nunca antes visto na história do Capitalismo nacional, a despeito de uma das maiores crises financeiras já presenciadas (Krein, dos Santos & Moretto; 2013).

Caberia ainda indicar que o desempenho da economia brasileira na sequência da crise financeira de 2008 pode ser descrito como largamente determinado pela demanda interna; e, para o desempenho tão favorável daquela, o papel econômico do Estado mostrou-se decisivo. Afinal, mesmo durante o momento mais agudo da crise, período este que, em diversos outros países a situação era crítica, as políticas de investimento público (como no caso do PAC) e de distribuição de renda deram a sustentação necessária ao mercado interno para que a economia brasileira não estagnasse, mesmo que não operasse em sua total capacidade (Carneiro, 2010; Dedecca & Lopreato, 2013).

O Governo brasileiro dos anos 2010, mesmo enfrentando um cenário inicial expressivamente adverso nas frentes econômica, política e social, herdado de escolhas de política econômica das administrações públicas passadas (principalmente as dos anos 90), conseguiu conduzir a economia nacional ao crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social, inclusive com políticas de preservação dos postos de trabalho durante um período de grave crise financeira mundial. Para além disso, essa experiência brasileira serve como forte indício de que um padrão de gestão macroeconômica mais



afeito à melhoria das condições de vida dos trabalhadores e que, portanto, estimule o crescimento do Produto via incremento do poder de compra da população - seja por aumentos salariais reais, seja pela desmercantilização de alguns aspectos da vida humana (Esping-Andersen, 1991) – é viável; esse tipo de experiência se aproximaria de algo formalmente conhecido como “modelo de crescimento puxado por salários” (Bhaduri & Marglin, 1990)<sup>13</sup>.

*Economia brasileira nos anos 2010: da prosperidade ao retorno da agenda flexibilizadora*

As linhas gerais de gestão macroeconômica e de política social foram, grosso modo, mantidas na gestão federal subsequente. Adicionalmente, o período 2011-4 foi marcado por iniciativas de estímulo a ramos específicos de atividades econômicas (com destaque para certos setores industriais), ao passo que se buscou também uma inédita redução dos juros e uma ampliação do papel dos bancos públicos frente aos bancos de varejo privados para redução de *spreads* (Singer, 2015); somadas, tais medidas poderiam encaminhar um importante aprofundamento do modelo de crescimento antes sugerido, já que os investimentos produtivos seriam favorecidos (pelos estímulos diretos e pela queda nos juros) concomitantemente a um barateamento do crédito ao consumo. Com efeito, os indicadores de produção, emprego e proteção social mostravam níveis inéditos de desenvolvimento do país. Nos anos de 2013 e 2014, a taxa de desemprego chegaria a 6,30% em dezembro de 2013 e 6,50% em janeiro de 2014, as menores de toda série histórica apresentada pela PNAD Contínua (base de dados estatísticos aqui utilizados), deixando o Mercado de Trabalho brasileiro em seu *status* mais próximo do pleno emprego. Os níveis de subutilização da Força de Trabalho, importante índice de análise da eficiência do Mercado de Trabalho brasileiro, - levando em conta o Desemprego Disfarçado, introduzido por Kalecki (1950) - chegam também à baixa histórica, com 14,60% em junho e julho de 2014. O salário-mínimo, por sua vez, foi

---

<sup>13</sup> A maior propensão ao consumo por parte da população trabalhadora faz com que os aumentos diretos ou indiretos – via desmercantilização - de salários, sejam canalizados para gastos em consumo, o que pode dinamizar os ganhos dos empresários que atuam nesse ramo, ao ponto de compensar os efeitos negativos que a maior participação salarial no PIB possui na produtividade do trabalho, eventualmente estimulando a demanda por investimentos na produção e sanando o conflito distributivo que maiores níveis de produtividade do trabalho trazem consigo (Bhaduri & Marglin, 1990).



incrementado ao seu maior patamar em décadas. A abrangência das políticas públicas de transferência de renda também alcançou níveis nunca vistos na história brasileira. Houve um aumento considerável no número de contratações sob regimes de emprego formal.

Todos esses aspectos, que vinham sendo construídos desde o início dos anos 2000, influenciaram de forma direta na prosperidade nacional inédita presente no início dos anos 2010. Contudo, mesmo em um cenário de sucesso tanto no âmbito econômico (suficiente para colocar o Brasil entre as dez maiores economias nacionais do mundo), quanto no nível social (onde as melhoras nas condições de vida da população, assim como a queda nas disparidades chegaram em seu auge histórico<sup>14</sup>), os níveis de produção e investimento privado começaram a decair, sem um motivo aparente. Uma dentre as possibilidades de interpretação (Singer, 2015) desse curioso desfecho pode ser encontrada em um argumento defendido por Kalecki (1943), segundo o qual na base das relações de trabalho encontra-se o nexo fundamental da coerção material: a perene ameaça do desemprego (e, com ele, da perda das condições de sobrevivência do trabalhador e/ou de sua estrutura domiciliar) seria o fator de garantia da ordem social que submete o trabalho ao capital; no entanto, em circunstâncias específicas, tal mecanismo de coerção seria relativizado ou, no limite, perderia sua efetividade: tal seria o caso do pleno emprego (dado o escasseamento relativo da mão de obra e o consequente aumento de seu poder de barganha frente aos empregadores) e, em certa medida, também quando da vigência dos mecanismos de proteção social (que poderiam garantir recursos de sobrevivência, ainda que mínimos, por fora do circuito de compra e venda de trabalho). Conforme se expôs acima, o período que circunda o ano de 2014 apresentava efetivamente circunstâncias muito próximas àqueles presentes no argumento kaleckiano.

De acordo com o autor polonês, a resposta das classes proprietárias àquilo que perceberiam como uma piora na correlação de forças seria agir de modo a diminuir o ritmo de crescimento econômico, aumentando o desemprego; isso seria feito, dentre outras formas possíveis, pela postergação das inversões produtivas (gastos com a

---

<sup>14</sup> Melhor demonstrando, o índice de Gini – indicador utilizado para mensurar o nível de desigualdade de um país – caiu de 58,1 para 51,9 (queda de 10,67%) entre 2002 e 2015, dados do Banco Mundial (2023).



ampliação da capacidade instalada) por tempo indeterminado. Com efeito, há importante queda nos investimentos privados entre 2014-6 – afere-se retração no índice de FBCF de 3,33% entre 2013 e 2014, de 15,71% entre 2014-15 e 14,93% entre 2015-16; já a partir de 2015, a taxa de desemprego volta a crescer, ao passo que a arrecadação do governo central entra em queda (em consonância com o menor ritmo de crescimento econômico). O insucesso do governo no campo econômico fez ruir o apoio público observado até então, fato para o qual contribuíram outros elementos<sup>15</sup>. Deu-se, então, em 2016, a mais importante ruptura institucional desde a redemocratização do país; a condução econômica do país mudaria drasticamente a partir de então.

O vice-presidente Michel Temer tomou posse em agosto de 2016, e a agenda flexibilizadora teve espaço novamente predominante no cenário político brasileiro; várias foram as medidas aprovadas durante esse período: Reforma da Previdência, Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos<sup>16</sup> e, especialmente, a Reforma Trabalhista de 2017<sup>17</sup>, consolidando a Segunda Onda de flexibilização das relações de trabalho operada no Brasil. Apesar da argumentação segundo a qual a redução dos encargos trabalhistas e um aumento na fluidez nas formas legais de contratação e demissão de trabalhadores trariam consigo um aumento na criação de postos de trabalho (e recuperação econômica), esse não foi o resultado. Mesmo antes do advento da pandemia do COVID-19 e da consequente retração das atividades econômicas, o novo arranjo institucional mostrou resultados bem distintos daqueles esperados por seus proponentes. O PIB cresceu 1,78% e 1,22%, em 2018 e 2019 respectivamente, segundo

---

<sup>15</sup> Especialmente as tensões políticas geradas a partir da deflagração da Operação Lava-Jato e dos atritos entre Governo Federal e Câmara dos Deputados, como descreve Singer (2015).

<sup>16</sup> A referida Proposta de Emenda Constitucional aprovada em 2016, limitou os gastos primários do governo federal a um teto, este delimitado pelo montante gasto no ano anterior, corrigido pela inflação acumulada do mesmo período. A princípio, a PEC não congelaria os gastos em termos nominais, mas reais. Assim, o nível de atividade econômica cresce, e em contrapartida, a participação percentual dos gastos no PIB encolhe. É importante salientar que as perspectivas quanto aos efeitos deletérios que tal Emenda teria na sociedade e economia brasileira já eram previstas, como em Rugitsky (2016), sobretudo no que diz respeito à desaceleração na economia proveniente de tal achatamento nos níveis de gasto governamental, levando ao que autor chama de “austericídio”.

<sup>17</sup> A principal premissa da Reforma Trabalhista era de adaptar o Mercado de Trabalho brasileiro às novas exigências que o capitalismo mundial e dito “moderno” exigiria. Para isso, uma série de medidas que promoveram a flexibilização das relações de trabalho foram implementadas, com especial atenção à nova modalidade de trabalho autorizada, chamado de contrato intermitente, às maiores possibilidades de negociação de jornada de trabalho e remuneração, dada a agora legalizada negociação direta entre empregador e empregado sem necessidade de intermediação, tudo isso sem contar o enfraquecimento das instituições de fiscalização e que presavam pela aplicação da lei, como descrevem Galvão et al (2017).



o relatório WDI do World Bank, o que representa um crescimento irrisório da produção. A taxa de desemprego se manteve alta, com média de 12,4% entre 2017 e 2019, por mais que tenha caído timidamente no período. Os rendimentos médios mensais tiveram crescimento real de 2,62% entre janeiro de 2018 e março de 2020. Comparando com o período entre janeiro e dezembro de 2013 e 2014, o aumento da remuneração foi de 3,06% e 1,96% respectivamente, incremento muito mais significativo no poder de compra, se levarmos em consideração a extensão dos períodos analisados<sup>18</sup>. No âmbito da criação de empregos formais, de acordo com o CAGED – MTE, a economia brasileira que entre 2011 e 2013 gerava médias de quase 88 mil empregos formais por ano, caiu para baixo dos 42 mil postos de ocupação formal, menos da metade. Trabalhadores do setor privado que em janeiro de 2017 representavam 38,6% da população ocupada, chegaram a 36,9% em março de 2020, enquanto trabalhadores autônomos, os por “conta-própria”, saltaram de 24,3% na composição da população ocupada, para 25,6% no mesmo período. Funcionários do setor privado sem carteira assinada cresceram de 11,7% em janeiro de 2017 para 12,9% em agosto de 2019.

Fica claro que a tímida melhora na taxa de desemprego tenha sido resultado da criação de empregos precários e informais. Por fim, como saldo da segunda onda neoliberal de flexibilização das relações de trabalho obteve-se a manutenção de um padrão de crescimento econômico irrisório, com altas taxas de desemprego e alto grau de precarização das condições de trabalho.

*Efeitos dos anos de ultraliberalismo, aspectos políticos do subdesenvolvimento e algumas perspectivas futuras*

Desde 2016, a representação política nacional se vê imersa, novamente, em uma ideologia de caráter liberal sob o ponto de vista econômico, seguindo uma tendência que se disseminou pelo mundo todo. As reformas que foram introduzidas, especialmente aquelas que resultaram na desproteção da classe trabalhadora e constrição do poder de ação do Estado brasileiro via garroteamento do orçamento público, não só foram ineficientes para reaquecer a economia nacional, como geraram uma crítica pauperização da vida da população. Assim, como saldo final desse período em que o

---

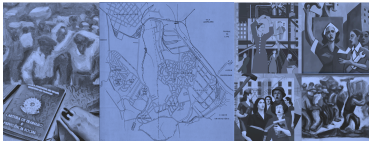
<sup>18</sup> IBGE – PNAD Contínua (2023).



neoliberalismo esteve mais aflorado do nunca, e ainda, dos mais de 40 anos de um padrão de desenvolvimento econômico mundial muito próximo ao que se convencionou chamar de *Profit-led Growth* (Bhaduri & Marglin, 1990), com especial atenção ao caso do Brasil e suas duas Ondas de Flexibilização das relações de trabalho, essa última mais profunda e nefasta, houve surgimento de formas de ocupação que mais se assemelham ao desemprego, do que uma ocupação profissional em si. A condição de vida da classe trabalhadora foi profundamente pauperizada, além de que os índices de crescimento econômico nem ao menos se mantiveram ao longo do tempo.

Os governos petistas até tentaram, com certo sucesso, refrear esse padrão de desenvolvimento que muito beneficia os empresários, e que promove superexploração dos trabalhadores. Houve melhorias significativas no âmbito regulatório das relações de trabalho, que até conferiram certo poder de barganha à população. Mas, sobretudo após o Golpe de 2016, a sociedade brasileira se vê novamente frente à um governo que representa interesses antagônicos aos do povo, este muito mais agressivo. O que se viu no período entre 2016 e 2022 foi um projeto de governo que mal tinha em mente algum padrão de desenvolvimento socioeconômico que fosse. O objetivo era adaptar a sociedade brasileira aos novos padrões de acumulação que a classe empresarial mundial exigia. Para isso, se fazia necessário desproteger ao máximo o trabalhador, flexibilizar as relações de trabalho e, dessa forma, facilitar superlucros, permitir aprofundamento da financeirização e reprimarização (Pochmann, 2020) da presença do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

O grande entrave ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro não é econômico em si, é político. Em uma nação organizada à maneira capitalista, mudanças que confirmam melhoria nas condições de vida e trabalho do povo, historicamente, não vêm sem que exista reação social, ou por meio de imposição física. Essa luta de classes, em nações em contexto de subdesenvolvimento, é ainda mais acirrada, como bem define Kalecki (1965, p.140), e aparenta ser o único caminho que se mostrou eficiente para avançar e abrir espaço para as necessidades da classe trabalhadora. Isso porque, os interesses não são somente econômicos em si, mas políticos (Kalecki, 1943). Organizações sociais se constroem de acordo com relações de poder bem definidas e a capitalista não é diferente. Há dois polos de disputa que estão em constante fricção,



sendo que nossa maneira de organização social foi pensada para privilegiar um dos lados, a classe dominante, os empresários.

O novo governo petista, por mais esperança que possa representar, herda uma situação calamitosa em todos os seus aspectos. A situação do emprego, em especial, é a mais difícil em décadas e deve ser um dos pilares de atuação imediato do Estado, pois é a partir da melhoria de condição de trabalho e remuneração da classe trabalhadora, que a sociedade nacional vai voltar a prosperar. A conjuntura política não é nada melhor.

A situação é sim difícil, mas a classe trabalhadora pode e deve seguir reagindo, pois é só com organização e reivindicação que a situação de emprego e, por consequência, de sobrevivência vai melhorar. Afinal, as soluções técnicas, em tese, são conhecidas, por mais difíceis que sejam de serem levadas a cabo. Tivemos exemplos nacionais de relativo sucesso, como foi o caso do período 2003-14. O principal entrave ao subdesenvolvimento brasileiro em si, é justamente a falta de intervenção histórica do Estado brasileiro, planejando e estabilizando a reprodução social nacional, que mesmo quando atuando em tentativa de estabilizar o sistema, o fez de forma incompleta e, por vezes, ineficiente, situação mantida, em grande medida, pela pressão política que sempre fora feita contra quaisquer avanços no campo da regulação da reprodução da dinâmica capitalista, por óbvio, por parte dos empresários.

### **Considerações Finais**

O processo de transição da organização social e econômica brasileira para os moldes capitalistas se deu de forma desorganizada e inorgânica. O Mercado de Trabalho foi conformado em bases desiguais e conferiu ao Capitalismo nacional um caráter muito peculiar. Não houve em momento algum, desde sua implementação de maneira forçada pelo Estado, e até mesmo quando algumas proteções sociais foram conferidas à população, uma regulação e intervenção estatal na economia que fosse suficiente para mitigar as desigualdades inerentes a este sistema organizacional, nem tampouco guiar um crescimento econômico aliado a um desenvolvimento social de mesma intensidade.

Partidários da ortodoxia econômica brasileira equivocam-se ao endereçar os diversos períodos de instabilidade vividos pela sociedade nacional ao suposto caráter



exageradamente intervencionista do Governo na economia, uma vez que, na verdade, nunca houve uma participação do Estado suficientemente abrangente e eficiente, a ponto de alterar as bases de disparidade de poder entre os polos de compra e venda de Força de Trabalho, inerente aos países organizados segundo à maneira capitalista. Pelo contrário, os períodos de instabilidade socioeconômica devem-se, principalmente, à falta de intervenção estatal com finalidade de mitigar as bases desiguais pelas quais o Mercado de Trabalho nacional foi sendo construído. Inclusive, em contrapartida a esse argumento, foi justamente nos momentos em que o Governo brasileiro foi mais próximo aos ideais progressistas quanto à condução de sua economia, a saber, período compreendido entre 2003 e 2014, que foi possível observar níveis de desenvolvimento econômico e social inéditos.

É possível notar, também, que períodos de prosperidade econômica no Brasil, foram sempre acompanhados de profunda intervenção do Estado no planejamento da economia, alguns deles, inclusive, em que havia presença de coerção física, via governos ditatoriais, estes sempre afeitos aos interesses do capital privado, ou, no limite, durante crises políticas, com tensões sociais que beiravam convulsões, como é o caso da década de 2000. Outra conclusão que se pode depreender é que, o empresariado até cedeu em momentos de crise, aceitando intervenções governamentais a fim de estabilizar os atritos políticos, mas assim que os espíritos se acalmaram, os burgueses não tardaram a retomar a utilizar seu poder de influência para, novamente, arrochar o controle sob a classe trabalhadora, como foi o caso nos anos 1990 e, mais claramente, nos anos 2010. Afinal, momentos de prosperidade que se traduzem em melhorias da condição de vida do povo e, por consequência, desmercantilização da vida humana, são sinônimo de perda de poder para a classe dominante. O problema do subdesenvolvimento, como introduz Kalecki (1965, p. 140; 1943), é muito mais político, do que econômico em si.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Alexandre D. F. O Mercado De Trabalho: Uma Perspectiva De Longa Duração. Estudos Avançados, [S. l.], v. 30, n. 87, p. 7-28. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119112>. Acesso em: 20 jun. 2023.





BHADURI, Amit; MARGLIN, Stephen. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990.

CARDOSO JR., José Celso P. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 13(2): 31-59, nov. 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119112>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARNEIRO, Ricardo. O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos. *Textos Avulsos. Observatório da economia global – CECON – IE/UNICAMP*. n.4. 2010. Disponível em: <[https://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Desenvolvimento\\_poscrise.pdf](https://www.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Desenvolvimento_poscrise.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2023.

CARVALHO, Cristina. O; GUERRA, Ana Carolina. A Flexibilização de Direitos Trabalhistas no Brasil: Perspectiva Histórica do Governo Collor até a Reforma Trabalhista de 2017. In: ENCONTRO DA ANP-D - EnANPAD, XLIV. Evento On-line. 2020. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=Mjg0ODA=>](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=Mjg0ODA=>)>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DA SILVA, Luiz Antônio M. A (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 4 (3/4), p.2-5. 1990 Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?mverrev&cod=2033>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DEDECCA, Cláudio S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Brazil. Journal of Political. Economy*. [online]. vol.25, n.1, pp.113-130. ISSN 1809-4538. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-35172005-1640>>. Acesso em: 20 jun 2023.

DEDECCA, Cláudio S., LOPREATO, Francisco L. C. Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho, Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 225. 2013. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3319/TD225.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DRAIBE, Sônia. O Welfare State no Brasil: Características e perspectivas. Núcleo de estudos de políticas públicas – NEPP / UNICAMP. Caderno n. 08. 1993. Disponível em: <<https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/91f362d4e9d6a6d2e36d701e238198a6.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social* [online]. v. 15, n. 2, pp. 63-101. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200004>. Epub 05 Jun 2007. ISSN 1809-4554. 2003. Acesso em: 20 jun. 2023.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000200006>. Acesso em: 20 jun. 2023.



FURTADO, Celso M. Formação econômica do Brasil. 1ª Edição. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2007 (1959).

GALVÃO, Andréia et al. Contribuição crítica à reforma trabalhista. GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP. 2017. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2023.

KALECKI, Michał. Political aspects of Full Employment. In: Capitalism: Business Cycles and Full Employment. Collected Works of Michal Kalecki, vol. I. Oxford: Clarendon Press, 1990 (1943).

KALECKI, Michał. A Note on Long-Run Unemployment. In: The Review of Economic Studies, Volume 18, Issue 1, 1950, Pages 62–64; Oxford: Clarendon Press, 1990 (1950).

KALECKI, Michał. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas. 2ª edição. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1983 (1965).

KREIN, José D. OLIVEIRA, Marco Antônio. Mudanças institucionais e relações de trabalho no Brasil. *Cuadernos del Cendes*. Caracas, Venezuela. Año 18. n. 46. Segunda época. p. 147-158. jan/abr 2001. Disponível em: < <http://bdigital.ula.ve/storage/pdf/cendes/v18n46/articulo7.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2023.

KREIN, José D.; DOS SANTOS, Anselmo. L.; MORETTO, Amilton. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, jan/jun 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/360929>; Acesso em: 20jun. 2023.

MARX, Karl. O Capital – Livro I; 1ª Edição – São Paulo, SP; Editora Boitempo Editorial, 2013 (1867).

POCHMANN, Márcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo. n.104. p.637-649. out/dez. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bb7bdstrPCx4wN6VZHfWvbt/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 jun 2023.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. 2ª Edição – São Paulo, SP. Editora Saraiva, 2012 (1944).

RUGITSKY, Fernando. Para entender a PEC do teto dos gastos. *Revista Fevereiro – Política, Cultura e Teoria*. 2016. Disponível em: <<https://revistafevereiroblog.wordpress.com/2016/11/04/para-entender-a-pec-do-teto-dos-gastos/>> Acesso em: 20 jun 2023.

SADER, Emir. "A construção da hegemonia pós-neoliberal". SADER, E. (Org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP. Editora Boitempo Editorial. 2013.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*. São Paulo, SP. Ed. 102 p. 43-71. 2015. Disponível em:



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16ª Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

<<https://www.proquest.com/scholarly-journals/cutucando-onças-com-varas-curtas-o-ensaio/docview/1906880473/se-2>>. Acesso em 20 jun. 2023.

TAVARES, Maria C.; Belluzzo, Luiz.G. Notas sobre o processo de industrialização recente do Brasil. RREV. Adm. Emp. Rio de Janeiro, v.19, n. 1. p.7-16. jan/mar 1979. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/g6TpnFt5vJXZqRLCJbbpfNH/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 20 jun. 2023.

TAVARES, Maria C.; SOUZA, Paulo. R. Emprego e salários na indústria: O caso brasileiro. Revista de Economia Política, v.1, n. 1, jan/mar 1981. Disponível em: <<https://bjpe.org.br/repos/index.php/journal/article/download/16/13>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TAVARES, Maria C. A retomada da hegemonia norte-americana. Revista de Economia Política. v. 5. n.1. abr/jun. 1985. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/18-1.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2023.